



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal khury**

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**

**Redação Final ao Projeto**  
**Lei Complementar nº 11/2013**

Dispõe sobre o Piso Salarial dos Professores da Rede Estadual de Educação Básica do Estado do Paraná em virtude do reajuste do Piso Nacional – Lei Federal nº 11.738, de 2008, e equiparação do salário de ingresso de Professores ao dos Agentes Profissionais do Quadro Próprio do Poder Executivo.

**Art. 1º** Incidirá o percentual de 0,6% (zero vírgula seis por cento), a partir do dia primeiro do mês de maio de 2013, sobre a classe 1 do Nível I/F6 de ingresso na Tabela de Jornada de vinte horas semanais, com reflexo nos interníveis e interclasses da Tabela, e mesmos reflexos na Tabela de Jornada de quarenta horas, com inicial de R\$ 1.119,43 (um mil, cento e dezenove reais e quarenta e três centavos) para a Tabela de vinte horas, e R\$ 2.238,86 (dois mil, duzentos e trinta e oito reais e oitenta e seis centavos) para a Tabela de quarenta horas, conforme Anexo I desta Lei.

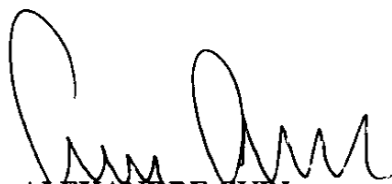
**Art. 2º** Incidirá o percentual de 3,94% (três vírgula noventa e quatro por cento), a partir do dia primeiro do mês de outubro de 2013, sobre a classe 1 do Nível I/F6 de ingresso na Tabela de Jornada de vinte horas semanais, com reflexo nos interníveis e interclasses da Tabela, e mesmos reflexos na Tabela de Jornada de quarenta horas, com inicial de R\$ 1.163,54 (um mil, cento e sessenta e três reais e cinquenta e quatro centavos) para a tabela de vinte horas, e R\$ 2.327,08 (dois mil trezentos e vinte e sete reais e oito centavos) para a Tabela de quarenta horas, conforme Anexo II desta Lei.

**Art. 3º** As disposições da presente Lei aplicam-se também aos servidores inativos e geradores de pensão, regidos pela Lei Complementar nº 103, de 15 de março de 2004, à exceção dos benefícios previdenciários concedidos sem direito à isonomia e paridade, nos termos da Emenda Constitucional Federal nº 41, de 19 de dezembro de 2003.

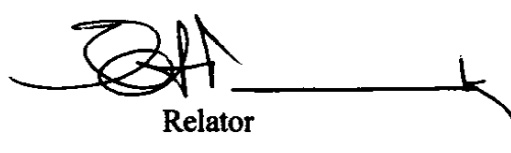
**Art. 4º** A implantação em Folha de Pagamento, constante da presente Lei, fica condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira da Administração e às disposições contidas na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

**Art. 5º** Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

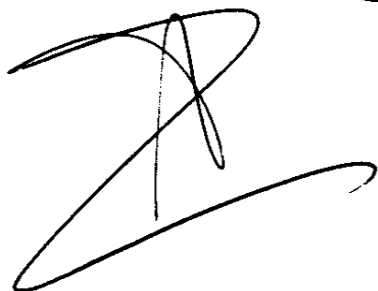
Sala das Comissões, 08 de julho de 2013.



ALEXANDRE CURI  
Presidente



Relator





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Péricles de Mello

PROJETO DE LEI Nº 43, DE 2013



Institui, no Estado do Paraná, o Dia da Eubiose, e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO, PARANÁ DECRETA:

Artigo 1º - Fica instituído, no Estado do Paraná, o Dia da Eubiose, que será comemorado, todo dia 10 de agosto de cada ano.

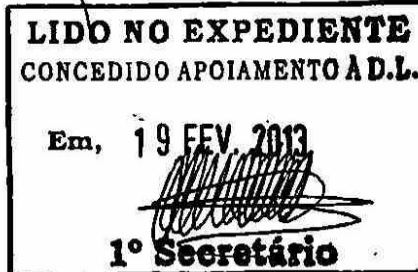
Artigo 2º - A data instituída por esta lei passará a constar do Calendário Oficial do Estado do Paraná.

Artigo 3º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Artigo 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado Péricles de Holleben Mello

JUSTIFICATIVA



A SOCIEDADE BRASILEIRA DE EUBIOSE – SBE, nome adotado em 28 de Setembro de 1969 pela Sociedade Teosófica Brasileira, foi fundada na cidade de Niterói – Rio de Janeiro, em 10 de agosto de 1924, com o nome de Dharâna – Sociedade Mental e Espiritualista, pelo Professor JOSÉ HENRIQUE DE SOUZA e Dona HELENA JEFFERSON DE SOUZA.

A SOCIEDADE BRASILEIRA DE EUBIOSE – SBE é uma organização religiosa nos termos do artigo 44, inciso IV, do Código Civil, sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de São Lourenço, Estado de Minas Gerais, à Av. Getúlio Vargas, 481, inscrita no CNPJ sob o No. 24.826.166/0001-20, considerada de utilidade pública conforme Decreto No. 172, de 17 de abril de



## Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

*Gabinete do Deputado Péricles de Mello*



1953, da Câmara Municipal de São Lourenço, Estado de Minas Gerais, e Lei No. 1.456, de 24 de março de 1956, da Assembléia Legislativa de Minas Gerais.

A Sociedade tem departamentos em vários Estados brasileiros, inclusive no Paraná, onde a representação fica na Capital Curitiba que conta com muitos integrantes.

A SBE define o conceito de religião a partir da origem etimológica desta palavra: do latim *religare*, *religar*, tornar a unir, religião como processo de religação do homem ao divino, de onde se originou e para onde a há de retornar: religião-sabedoria, caminho e busca da Verdade que conduz a Realidade Suprema, fonte da existência.

A SBE é uma organização apartidária, com fins culturais e espiritualistas, constituída de livres pensadores. Como Colégio Iniciático, se baseia na Doutrina Eubiótica revelada pelos seus fundadores.

Ela tem por objetivos:

I – cultivar a fraternidade universal, sem distinção de raça, idade, sexo, gênero, crença ou nacionalidade, como requisito para difundir a Eubiose em todas as partes do mundo;

II – promover o estudo comparativo das ciências, artes, filosofias e religiões de todos os povos, através dos tempos;

III – promover a investigação das leis da natureza e o desenvolvimento dos poderes superiores e latentes no homem a partir dos seus próprios esforços e através da prática das mais nobres virtudes, proporcionando sua elevação moral e mental;

IV – combater o analfabetismo, os vícios, os maus costumes e tudo quanto entravar a evolução humana;

V – promover o espírito de livre investigação e crítica, caminho capaz de transformar o homem em um ser superior, consciente de si mesmo e senhor do seu destino;

VI – promover ações educativas, culturais e sociais em benefício da criança, do adolescente e do jovem, em cumprimento ao seu lema “SPES MESSIS IN SEMINE” – A Esperança da Colheita Reside na Semente;



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

*Gabinete do Deputado Péricles de Mello*



VII – cooperar na implantação da Era de Aquarius que, segundo antigas tradições, recentemente surgiu na América, tendo o Brasil como foco irradiador.

Considerando a origem, natureza jurídica, objetivos, finalidades e características acima descritas sobre a Sociedade Brasileira de Eubiose, bem como ser esta uma entidade considerada de utilidade pública desde 1953 e estar completando no dia 10 de agosto de 2011 87 anos de atividades em prol da evolução cultural, mental e espiritual do povo paulista e brasileiro;

Considerando também que desde sua fundação mais de 14.000 pessoas conquistaram a condição de sócios efetivos, nas 103 unidades da SBE, denominadas Departamentos ou Representações, destas, 95 localizadas no Brasil e 8 no exterior.

Pelas razões expostas, solicito aos meus pares que aprovem esta proposição, de modo a instituir, como o Dia da Eubiose, todo dia 10 de agosto de cada ano.

Sala das Sessões, fevereiro de 2013.

  
DEPUTADO PÉRICLES DE HOLLEBEN MELLO



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Gabinete do Deputado Elton Welter



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 43/2013**  
**AUTOR: DEPUTADO PÉRICLES DE MELLO**

**Súmula:** Institui o dia da Eubiose.

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Péricles de Mello, tem por finalidade inserir no calendário oficial do Estado do Paraná o "Dia da Eubiose", a ser comemorado anualmente no dia 10 de agosto.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

*Art. 33-A – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:*

*I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.*



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Gabinete do Deputado Elton Welter



Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná aduz:

*Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.*

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer dos seus membros:

*Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.*

*Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.*

A Constituição Federal dispõe em seu artigo 215, *caput*, que é incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, vejamos:



## Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Elton Welter



*Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.*

Além disso, conforme abaixo se denota o objeto da ora proposição se amolda ao artigo 165 do mesmo diploma legal:

*Art. 165. O Estado, em ação conjunta e integrada com a União, Municípios e a sociedade, tem o dever de assegurar os direitos relativos à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à capacitação para o trabalho, à cultura e de cuidar da proteção especial da família, da mulher, da criança, do adolescente, do idoso e do índio.*

Contudo, no que tange a técnica legislativa empregada na ora proposição, a mesma deverá ser substituída para que tanto os conteúdos, quanto a forma, expressem a vontade do legislador, impedindo quaisquer distorções.

Nesse sentido, o Regimento Interno, em seu art. 137, §2º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei, classificando-se como substitutiva aquela proposição apresentada como sucedânea de outra.

*Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.*



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Gabinete do Deputado Elton Welter**



*§ 2º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.*


Assim, verifica-se que a presente emenda está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, com o propósito de aplicar melhor técnica legislativa, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente projeto na forma da **Emenda Substitutiva Geral** anexa.

Sala das Comissões, 21 de maio de 2013.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
Presidente

  
**DEPUTADO ELTON WELTER**  
Relator

Praça Nossa Senhora de Salette, s/n – Centro Cívico – Curitiba/PR – CEP: 80.530-911

  
  
  
**APROVADO**

2.05.13 



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Gabinete do Deputado Elton Welter




**EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO 43/2013**

**Súmula:** Institui no calendário oficial do Estado do Paraná o "Dia da Eubiose", a ser comemorado anualmente no dia 10 de agosto.

Art. 1º - Fica instituído no calendário oficial do Estado do Paraná o "Dia da Eubiose", a ser comemorado anualmente no dia 10 de agosto.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 21 de maio de 2013.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
Presidente

  
**DEPUTADO ELTON WELTER**  
Relator



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Gabinete do Deputado Douglas Fabricio*

PROJETO DE LEI Nº 100 /2013

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
**CONCEDIDO APOIAMENTO A D.L.**

Em, 26 MAR. 2013

  
**1º Secretário**

Sumula: Concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Sérgio Sebastião Miguel.

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Sérgio Sebastião Miguel.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, em 26 de março de 2013, 192.º da Independência e 125.º da República.

  
**DOUGLAS FABRICIO**  
Deputado Estadual

14:42 26/03/2013 002358 DF ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Gabinete do Deputado Douglas Fabricio*

JUSTIFICATIVA

Nascido em Malet (PR), em 1944, Sérgio Sebastião Miguel chegou em Campo Mourão em 1955, em companhia de seus pais Delcides Constantino Miguel e Jurema Pompeo Miguel. Estudou em Curitiba até 1963, onde concluiu o curso Técnico Comercial pela Escola Técnica de Comércio "De Plácido e Silva".

De volta a Campo Mourão, foi sócio fundador do jornal Tribuna do Interior, em 1968. Neste mesmo ano ingressou na política e foi eleito vereador por dois mandatos (1969-1972 e 1973-1976). Da sua luta como homem público contribuiu de forma significativa para a instalação da Faculdade de Campo Mourão.

Seu maior sucesso, no entanto, não foi como homem público, mas como homem de negócios. Graças a uma visão empreendedora no ramo de hotelaria, deu continuidade ao empreendimento iniciado pelo seu pai Delcides, o Termas de Jurema Resort Hotel. Hoje a estrutura hoteleira é mantida em parceria com sua irmã Raquel, na propriedade da família no município de Iretama. O hotel hoje é reconhecido com um dos melhores eco resorts de campo do país e um dos destinos mais interessantes para se viajar no Brasil. A presença constante dos proprietários no atendimento dos hóspedes é um dos diferenciais.

A área onde está construído o hotel foi adquirido pelo seu pai, Delcides, em 1968, quando o local era conhecido pelas fontes de águas quentes, que brotam do subsolo. Com o falecimento do Sr. Delcides, em 1984, a família assumiu a empresa, mudando o foco para o lazer e investimento em infraestrutura de resort. O que começou com 32 apartamentos, hoje tem 188 e uma estrutura invejável.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Gabinete do Deputado Douglas Fabricio*



Sérgio Miguel prioriza a mão de obra local. A maioria dos funcionários do hotel reside no distrito de Águas de Jurema, no próprio município. Por sua contribuição fundamental com a economia do município, recebeu o título de cidadão honorário de Iretama. Também foi homenageado pela Fecilcam nas festividades de 40 anos da instituição. Seus investimentos projetaram a região de Campo Mourão no cenário do turismo rural brasileiro.



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 100/2013**

**Projeto de Lei nº. 100/2013**

**Autor: Deputado Douglas Fabrício**

**Súmula: CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO BENEMÉRITO DO ESTADO DO PARANÁ AO SENHOR SÉRGIO SEBASTIÃO MIGUEL.**

**EMENTA. TÍTULO DE CIDADÃO BENEMÉRITO. LEI 13.115/01 ALTERADA PELAS LEIS 14.667/05 E 16.213/09. POSSIBILIDADE FACE AO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS EXIGIDOS. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, tem por objetivo conceder o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Sérgio Sebastião Miguel.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Dispõe a Lei 13.115 de 14/02/2001 alterada pelas Leis de nº 14.677 de 06/04/2005 e 16.213 de 17 de agosto de 2009:

**Art. 1º. O título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito será concedido à pessoa com reputação ilibada e conduta pessoal e profissional irrepreensíveis que tenha prestado relevantes serviços de abrangência estadual e de contribuição significativa para todo Estado do Paraná e que satisfaça ao menos 4 (quatro) das seguintes condições:**

**(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)**

**I - contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral;**

**(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009).**

**II - ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais;**



(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

III - biografia com registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacional e da cidadania;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

IV - notório conhecimento e saber na área de atuação;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

V - publicações de abrangência estadual em periódicos, jornais, revistas ou outros meios de comunicação.

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

Parágrafo único. No momento da propositura devem ser anexadas certidões negativas e criminais, com a finalidade de comprovar sua reputação ilibada, conduta profissional e pessoal irrepreensíveis do homenageado e demais documentos para atendimento ao disposto no caput deste artigo. (Incluído pela Lei 16213 de 17/08/2009)

Diante da previsão legal, verifica-se que cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento da Assembleia Legislativa apresentar projetos de lei concedendo título de cidadão benemérito, de forma que o parlamentar subscritor possui legitimidade para propor o presente Projeto.

No mesmo sentido, diante da informação da liderança através do ofício em anexo, o partido ainda possui quotas para concessão do referido título de cidadão benemérito.

No que tange aos requisitos exigidos pela Lei, estes restam preenchidos, com o currículo e as certidões necessárias devidamente juntadas, não encontrando óbices para normal tramitação do presente projeto de lei.

### CONCLUSÃO

Assim, diante da **LEGALIDADE** do presente projeto, opinamos pela sua **APROVAÇÃO**.

Sala das Comissões 21 de julho 2013.

DEP. NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

DEP. PR. EDSON PRACZYK  
RELATOR

APROVADO

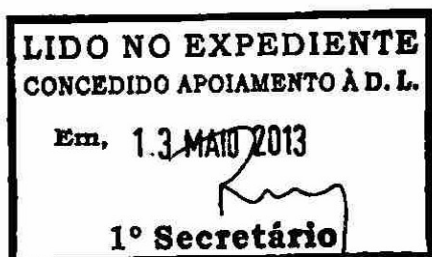
02/07/13



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

CENTRO LEGISLATIVO PRESIDENTE ANIBAL KHURY

Gabinete do Deputado Nereu Moura



PROJETO DE LEI Nº 175/2013

**SÚMULA:** Declara de Utilidade Pública a “Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais- APAE”, com sede e foro no Município de Santa Amélia/Pr.

**Art. 1º.** - Fica declarada de Utilidade Pública a “Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE”, com sede e foro no Município de Santa Amélia/Pr.

**Art. 2º.** - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 2013.

  
**NEREU MOURA**  
Deputado Estadual



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

CENTRO LEGISLATIVO PRESIDENTE ANIBAL KHURY

Gabinete do Deputado Nereu Moura



## **JUSTIFICATIVA:**

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais- APAE, entidade com atuação nas áreas de assistência social, educacional, cultural, de saúde, localizada à Rua Darci Ranuei, nº 10- Jardim Progresso- Município de Santa Amélia, tem por finalidade promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência, preferencialmente mental, tanto adultos como crianças, buscando assegurar-lhes o pleno exercício de cidadania.

A APAE exerce o poder de dirigir, promover em todo o Estado programas de prevenção, educação, saúde, assistência social e esporte, como também a capacitação dos profissionais e voluntários que atuam na APAE.

Pelas considerações apresentadas, a referida entidade cumpre os quesitos que regulamentam a matéria, tornando-a apta para ser declarada de Utilidade Pública por esta Casa de Leis.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 175/2013**

Projeto de Lei nº. 175/2013  
Autor: Deputado Nereu Moura

***Súmula: Declara de Utilidade Pública Estadual a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, com sede e foro no Município de Santa Amélia.***

***EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 16.888/2011 – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL EM ANEXO.***

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nereu Moura, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a ***ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SANTA AMÉLIA - APAE***, com sede no Município de Santa Amélia e foro no Município de Bandeirantes.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente,



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, tendo como finalidade a assistência social, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;

II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

No entanto, a fim de retificar o **foro** da entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública Estadual, sugere-se a **Emenda Substitutiva geral** em anexo, com fulcro no artigo 137, § 2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**CONCLUSÃO**

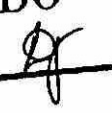
Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise, na forma da **EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL** em anexo.

Sala das Comissões, em 21 de Maio de 2013.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA**  
**RELATOR**

  
  
  
  
  
**APROVADO**

21.05.13 



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI N.º 175/2013**

De acordo com o que determinam o artigo 137, §2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, o Projeto de Lei nº 175/2013, passa a contar com a seguinte redação:

**SÚMULA** - Declara de Utilidade Pública Estadual a **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SANTA AMÉLIA - APAE**, com sede no Município de Santa Amélia e foro no Município de Bandeirantes.

**Art. 1º** - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santa Amélia - APAE**, com sede no Município de Santa Amélia e foro no Município de Bandeirantes.

**Art. 2º**- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 21 de Maio de 2013.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**

**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA**

**RELATOR**

  
*Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná*

**APROVADO**

**21.05.13** 





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Diretoria Legislativa – Centro de Apoio Legislativo*



**JUSTIFICATIVA**

O presente projeto de Lei justifica-se devido à alteração da razão social da Associação Projeto Não Violência Brasil para Instituto de Educação para Não Violência.

Assim, conto com o apoio dos nobres Pares para a necessária alteração da Lei nº 14.843/2005.

Sala das Sessões, 15 de maio de 2013.

  
**Valdir Rossoni**  
Deputado Estadual



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 193/2013**

**Projeto de Lei nº. 193/2013**  
**Autor: Deputado Valdir Rossoni**

**Súmula: Altera a Lei Estadual nº 14.843/2005, que declara de Utilidade Pública a Associação Projeto Não Violência Brasil, com sede e foro no Município de Curitiba.**

**EMENTA: MODIFICAÇÃO DE NOME DE ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 13.682/2002 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO “ASSOCIAÇÃO PROJETO NÃO VIOLÊNCIA BRASIL” PARA “INSTITUTO DE EDUCAÇÃO PARA NÃO VIOLÊNCIA”. REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.**

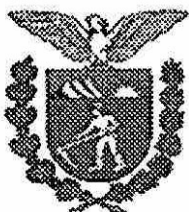
**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Valdir Rossoni, tem por objetivo alterar a denominação da entidade declaração de utilidade pública conforme Lei nº 13.682/2002.

O projeto pretende modificar a denominação da entidade “Associação Projeto não Violência Brasil” para “Instituto de Educação para não Violência”, conforme novo Estatuto Social em anexo.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:**

**g) declaração de utilidade pública de entidades civis.**  
(grifo nosso).

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

**Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (Grifo nosso)**

**Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.**

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

**Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifo nosso)

Destarte, a presente Associação já é declarada de Utilidade Pública conforme a Lei nº 14.843/2005, vejamos:

Art. 1º. Fica declarado de utilidade pública a Associação Projeto não Violência Brasil, com sede e foro no município de Curitiba.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 18 de junho de 2013.

**DEPUTADO NELSON JUSTUS**

**PRESIDENTE**

**DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA**

**RELATOR**

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

**Dep. Alexandre Curi**



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

~~PROJETO DE LEI~~ 230/13

**Súmula:** Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Toledo.

***A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná***

***decretou e eu sanciono a seguinte lei:***

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Toledo, do imóvel constituído pelas partes remanescentes das Chácaras nºs 01 e 02, da Vila Industrial e da Chácara nº 64, com área total de 6.107,60 m<sup>2</sup>, constante na Matrícula nº 37.165, do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Toledo.

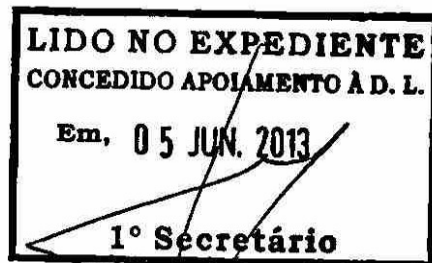
**Art. 2º** O imóvel em questão, que fica gravado com as cláusula de inalienabilidade, será usado pelo município exclusivamente para unidade escolar, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

**Art. 3º** O município terá o prazo de dois anos para efetuar regularização cartorial da titularidade do imóvel doado, caso contrário o imóvel retornará ao patrimônio do Estado.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 04 de junho de 2013.

**CARLOS ALBERTO RICHA**  
Governador do Estado



**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

MENSAGEM

Nº 056/2013

Curitiba, 04 de junho de 2013.

Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em 08/06/2013

Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar doação, ao Município de Toledo, do imóvel constituído pelas partes remanescentes das Chácaras nºs 01 e 02, da Vila Industrial e da Chácara nº 64, com área total de 6.107,60 m², constante na Matrícula nº 37.165, do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Toledo.

A presente proposta atende plenamente ao interesse público eis que o imóvel será usado exclusivamente para unidade escolar do referido município.

É importante mencionar que no texto do Anteprojeto de Lei constam dispositivos expressos no sentido de que o imóvel em referência ficará gravado com a cláusula de inalienabilidade, que será usado exclusivamente para o instalação da já mencionada unidade escolar, que retornará ao patrimônio do Estado do Paraná em caso de destinação diversa e que o donatário terá o prazo de dois anos para efetuar a regularização registral da titularidade do imóvel, caso contrário o mesmo retornará ao patrimônio do Estado.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

**CARLOS ALBERTO RICHÁ**

Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL

AJB/Prot. 10.773.741-3



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

## **PARECER AO PROJETO DE LEI 230/2013**



**Projeto de Lei nº 230/2013**

**Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 56/2013**

**Súmula:** Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Toledo.

**EMENTA:** DOAÇÃO DE IMÓVEL AO MUNICÍPIO DE TOLEDO. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. CONSTITUCIONAL. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. PARECER PELA APROVAÇÃO.

### **PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 56/2013, visa efetuar a Doação, ao Município de Toledo, do imóvel constituído pelas partes remanescentes das Chácaras nºs 01 e 02, da Vila Industrial e da Chácara nº 64, com área total de 6.107,60 m<sup>2</sup>, constante na Matrícula nº 37.165, do 1º Ofício de Registro de Imóveis de Toledo, para o fim de instalação de unidade escolar, imóvel de propriedade do Estado do Paraná.

### **FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-Aº, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

*Centro Legislativo Presidente Anibal Khury*



Ademais, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme aduz o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

**Art. 124.** A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

**Parágrafo único.** Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

**Art. 65.** A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Ressalte-se que o projeto de lei está ainda em conformidade com o que estabelece o artigo 10 da Constituição Estadual:

**Art. 10.** Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Ademais o Art. 17, I, "b" da lei n. 8.666/93, preceitua:

**Art. 17.** A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será



precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

(...)

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f, h e i;

○ Vislumbra-se, portanto, que o Chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para propor o Projeto de Lei ora em tela.

Ademais, verifica-se presente da cláusula de inalienabilidade, possibilitando o retorno do mesmo ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, conforme artigos 2º e 3º da referida Lei.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

## CONCLUSÃO

○ Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE**, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 11 de Junho 2013.

DEP. NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

DEP. PR. EDOSN PRACZYK  
RELATOR

APROVADO

11106113



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação*

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro  
Deputado Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;  
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Tercilio Turini; Deputado Teruo Kato.



## PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 230/2013

Projeto de Lei nº 230/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 056/2013

**Súmula:** Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Toledo.

### I – PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei 230/2013, de autoria do Poder Executivo, através da mensagem 056/2013, objetiva efetuar a cessão de uso de imóvel, ao Município de Toledo no Estado do Paraná, da área constituída de 6.107,60 m<sup>2</sup>, conforme descrito na matrícula nº 37.165 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Toledo-PR.

### II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no Projeto de Lei nº 230/2013, na qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado, já que o projeto objetiva beneficiar o município de Toledo no Estado do Paraná, com a doação de um imóvel destinado exclusivamente ao Interesse Público Municipal. A área acima descrita será utilizada especificamente para a construção de uma Unidade Escolar que atenderá de forma direta aos interesses dos moradores daquela localidade. Esta será uma edificação por intermédio da Prefeitura Municipal e Governo do Estado, que fortalecerá de forma clara o crescimento no município, sem que para isso haja interrupção ou limitação de qualquer atividade educacional já desenvolvida, tornando-se uma ação em prol da continuidade de um crescimento regionalizado e pela educação de forma pública e específica.

Cumpra a nós destacar que “Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos”, nos termos do disposto no Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação**

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro  
Deputado Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;  
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Tercilio Turini; Deputado Teruo Kato.



Conforme cita a relevante competência do Estado em seu Artigo 165 da Constituição Estadual, no qual julga o dever de todos em prezar pela Educação e o Bem estar da população:

**Art. 165. O Estado, em ação conjunta e integrada com a União, Municípios e a sociedade, tem o dever de assegurar os direitos relativos à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à capacitação para o trabalho, à cultura e de cuidar da proteção especial da família, da mulher, da criança, do adolescente, do idoso e do índio.**

(Artigo 165 da Constituição do Estado do Paraná – Título VI, Capítulo I - Seção I das Disposições Gerais – grifo nosso)

Analisando desta forma o mérito em questão, destacamos a importância desta proposição. O Projeto de Lei 230/2013 em análise nesta Comissão, no que justifica-se, apresenta um mérito indiscutível em seu peso, evidenciada pelo Poder Executivo através da Mensagem 056/2013 que vem de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, conforme cita a Lei Estadual 15.608/07 no que diz respeito à alienação de bens da Administração Pública Estadual:

**Art. 6º A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:**

**I Existência de interesse público devidamente justificado;**  
**(...)**

**(Artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07)**

Lembrando que este imóvel poderá retornar ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, ficando claro que sua destinação será de uso exclusivo ao bem comum, em razão de seu interesse de forma específica e devidamente justificada.

### **III – CONCLUSÕES**

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, concluo relevando o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: “A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal”. (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação**  
Presidente: Deputado Francisco Buhrer; Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro  
Deputado Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;  
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Tercilio Turini; Deputado Teruo Kato.



A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar claramente os direitos humanos e a busca de mecanismos que beneficiem a população. Desta forma, o **Projeto de Lei 230/2013**, no que justifica-se, vem de encontro ao interesse público e evidência clara ao mérito proposto, restando grandes benefícios em sua composição para ser aprovado por esta Comissão.

#### **IV – VOTO DO RELATOR**

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se qualquer impedimento no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, neste ato em relatoria pelo Deputado Pastor Edson Praczyk, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposição encontra fortes respaldos para ser aprovado em razão de seus benefícios ao Município de Toledo, merecendo de forma indiscutível total apoio desta Comissão.

Sendo o posto e em virtude da manifestação positiva em seu mérito analisado, esta Comissão opta pelo **Parecer Favorável** ao referido **Projeto de Lei 230/2013**, em sua forma apresentada.


*Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.*  
*Sala das Comissões em 24 de junho de 2013.*

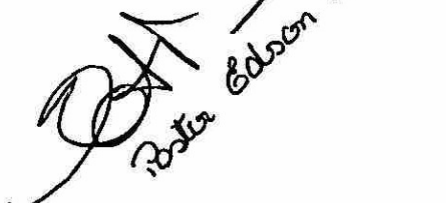
  
**FRANCISCO BUHRER**  
Presidente da Comissão

  
Jonas Guimarães

  
Teruo Kato

  
**ELTON WELTER**  
Relator

  
Tercilio Turini

  
Edson Praczyk



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**ANTEPROJETO DE LEI 233/13**

**Súmula:** Institui o Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná – SFM.

***A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
decretou e eu sanciono a seguinte lei:***

**Capítulo I  
Do objeto**

**Art. 1º** Fica instituído o Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná, doravante denominado SFM.

**Capítulo II  
Do objetivo**

**Art. 2º** O SFM tem como objetivo o apoio ao desenvolvimento municipal e regional, por meio de implementação de ações estratégicas voltadas ao financiamento de entidades municipais paranaenses e consórcios municipais, para satisfazer a demanda por serviços básicos, infraestrutura e bens públicos e fortalecimento institucional dos Municípios e regiões paranaenses.

**Capítulo III  
Da estrutura organizacional**

**Art. 3º** Fazem parte da estrutura organizacional do SFM:

I - a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano – SEDU, órgão da administração direta do Governo do Estado do Paraná, responsável pela elaboração das políticas, do planejamento, da execução, da coordenação e do controle do desenvolvimento urbano e regional do Estado, cabendo-lhe a administração do SFM;

II - o Serviço Social Autônomo PARANACIDADE, ente de cooperação da SEDU, instituído pela Lei Estadual nº 15.211, de 17 de julho de 2006, com a função de agente técnico operacional do SFM;

III - a Agência de Fomento do Paraná S.A. – Fomento Paraná, instituição financeira de economia mista, pertencente ao Estado do Paraná, sociedade anônima de capital



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

fechado, instituída pela Lei Estadual nº 11.741, de 19 de junho de 1997, e alterações posteriores, com a função de agente financeiro do SFM;

**IV** - o Comitê de Investimento do SFM, órgão de natureza consultiva, deliberativa e propositiva, na forma de suas atribuições, composto por sete membros natos, sendo: o Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, que exercerá a função de presidente, o Secretário de Estado da Fazenda, o Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, o Secretário Chefe da Casa Civil, o Secretário da Secretaria de Estado de Governo, o Superintendente Executivo do PARANACIDADE e o Diretor Presidente da Fomento Paraná.

#### **Capítulo IV Dos recursos**

**Art. 4º** O SFM conta com: recursos do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano – FDU, instituído pela Lei Estadual nº 8.917, de 15 de dezembro de 1988; dos respectivos retornos dos empréstimos e dos resultados das aplicações financeiras do FDU; com recursos do capital social da Fomento Paraná destinados ao setor público e respectivos retornos dos empréstimos às entidades municipais paranaenses, bem como dos resultados das aplicações financeiras; além de recursos de outras fontes.

**§ 1º** Os retornos e os juros dos empréstimos concedidos pela Fomento Paraná e os resultados auferidos em aplicações financeiras, desde que oriundos das integralizações feitas pelo FDU, deduzidos os custos operacionais, apuradas na forma da totalidade dos dividendos, conforme determina a Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, deverão obrigatoriamente ser destacados e destinados para futuros empréstimos vinculados ao SFM, a partir do exercício fiscal de 2014.

**§ 2º** O Estado do Paraná, na qualidade de acionista majoritário da Fomento Paraná, não poderá dar outra destinação a estes recursos em desconformidade com o que restou especificado no parágrafo 1º.

**§ 3º** Os custos operacionais referidos no parágrafo primeiro são as obrigações tributárias incidentes sobre os valores da conta específica destinada ao setor público, e as remunerações do PARANACIDADE e da Fomento Paraná definidas entre as partes.

#### **Capítulo V Das atribuições**

**Art. 5º** Cabe à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano:



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**I – Administrar o SFM, em consonância com as políticas de desenvolvimento urbano e regional do Estado do Paraná;**

**II – Definir os critérios de elegibilidade das ações, seus critérios de análise, os critérios de elegibilidade dos tomadores de recursos e as regras de funcionamento do SFM;**

**III – Controlar e estabelecer metas de desempenho, ações e indicadores ao PARANACIDADE no que tange ao SFM, acompanhando o devido cumprimento.**

**Art. 6º Cabe ao Serviço Social Autônomo PARANACIDADE:**

**I - Gerenciar operacionalmente o SFM em cumprimento às políticas de desenvolvimento urbano do Governo do Estado do Paraná;**

**II - Propor os critérios de elegibilidade das ações, seus critérios de análise, os critérios de elegibilidade dos tomadores de recursos e as regras de funcionamento do SFM;**

**III – Verificar o atendimento dos critérios de elegibilidade dos projetos apresentados pelos municípios de acordo com o estabelecido pela SEDU;**

**IV – Supervisionar o acompanhamento dos projetos e as medições das obras financiadas pelo SFM;**

**V – Cumprir as metas estabelecidas pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano.**

**Art. 7º Cabe à Fomento do Paraná:**

**I – Realizar o gerenciamento financeiro dos recursos do seu capital social provenientes do FDU e destinados ao setor público, nos termos da legislação e regulamentos vigentes, do instrumento específico firmado com o PARANACIDADE;**

**II - Solicitar ao Banco Central, quando necessário, destaque de parcela do patrimônio de referência para operações de crédito com o setor público, comunicando ao PARANACIDADE sua autorização;**

**III - Manter contas bancárias e registros contábeis específicos para o SFM;**

**IV – Elaborar mensalmente balancetes e demonstrativos financeiros relativos aos recursos do capital da Fomento Paraná destinados ao setor público, contemplando os retornos dos financiamentos concedidos com a utilização desses recursos, incluindo**



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

juros e amortizações e, também, os resultados auferidos em aplicações financeiras, disponibilizando aos entes integrantes da estrutura fixada pelo art. 3º da presente Lei e nos termos da legislação do Sistema Financeiro Nacional.

**Art. 8º** Cabe ao Comitê de Investimento do SFM:

I – Elaborar e aprovar seu Regimento Interno;

II – Estabelecer metas de aplicação ao SFM;

III – Acompanhar o funcionamento do SFM, nos termos previstos nesta Lei;

IV - Deliberar acerca dos relatórios de desempenho operacional e financeiro do SFM;

V– Deliberar sobre os encargos contratuais para operacionalização dos financiamentos, tais como: custos, juros, *spreads*, prazos e garantias, observados os limites impostos, em conformidade com o Sistema Financeiro Nacional, a partir da proposição da SEDU, PARANACIDADE e/ou Fomento Paraná.

## **Capítulo VI**

### **Das disposições gerais**

**Art. 9º** Ficam convalidados os ajustes administrativos firmados entre SEDU/ PARANACIDADE e a Fomento Paraná, nas disposições que não contrariem o que restou estabelecido nesta Lei.

**Art. 10.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogados, a partir de 1º de janeiro de 2014, o item “b” do § 1º, § 2º e § 3º do art. 8º da Lei Estadual nº 15.211, de 17 de julho de 2006 e o item “b” do § 1º, § 2º e § 3º, do art. 1º da Lei Estadual nº 8.917, de 15 de dezembro de 1988.

Palácio do Governo, em 04 de junho de 2013.

**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado

I – À DAP para leitura no expediente .

II – À DL para providências.

Em, 05/06/2013

Presidente

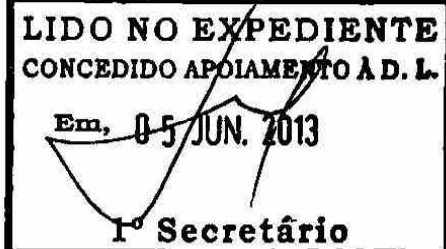


**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

MENSAGEM  
Nº 057/2013

Curitiba, 04 de junho de 2013.



Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva instituir o Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná – SFM.

O Estado do Paraná possui, desde 1988, um mecanismo de financiamento de caráter rotativo, por intermédio do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano – FDU, criado pela Lei nº 8.917, de 15 de dezembro de 1988, com o objetivo de atender as municipalidades paranaenses e agentes da administração direta e indireta estadual em ações voltadas ao desenvolvimento urbano.

Com o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal, em maio de 2000, foi vedada a possibilidade da realização de operações de crédito entre dois entes da federação, diretamente ou por intermédio de fundo. Desta forma, ficou invalidado o mecanismo de concessão de recursos de empréstimos entre o Estado do Paraná e seus municípios.

Como solução alternativa, ao amparo da Lei nº 13.227, de 18 de julho de 2001, os recursos do FDU passaram a ser transferidos para a Agência de Fomento do Paraná S.A – FOMENTO PARANÁ, mediante integralizações em seu capital social, destinados ao setor público, o que viabilizou a retomada do mecanismo anterior de financiamento aos municípios.

Em 30 de abril de 2002, foi instituído, através do Decreto Estadual nº 5.631, o Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná – SFM, administrado pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU, por seu ente de cooperação Serviço Social Autônomo PARANACIDADE.

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL  
AJB/prot. 12.003.311-5



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

O Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná conta com recursos do FDU, da FOMENTO PARANÁ destinados ao setor público, do retorno dos empréstimos aos municípios, dos resultados de suas aplicações financeiras e de outras fontes.

Em aproximadamente duas décadas, esse mecanismo possibilitou a inversão de recursos em prol do desenvolvimento urbano paranaense em montante superior a US\$ 1,2 bilhões, o que destaca esta unidade da Federação como uma das poucas que detém um sistema de financiamento municipal.

No entanto, o arranjo institucional do SFM requer sua consolidação mediante a definição de um marco regulatório, postulando seu objetivo, sua estrutura organizacional, sua administração, seus recursos e as atribuições das entidades participantes, visando sua sustentabilidade.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado



**PODER LEGISLATIVO**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

**PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 233/2013**

**Projeto de Lei n.º. 233/13**

**Autor:** Poder Executivo – Mensagem n.º. 057/2013

**SÚMULA:** Institui o Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Paraná – SFM.

**EMENTA:** SISTEMA DE FINANCIAMENTO. ALTERAÇÃO LEGISLATIVA. CONSOLIDAÇÃO MARCO REGULATÓRIO ORGANIZAÇÃO FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO – FDU, E AGENCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S.A – FOMENTO PARANÁ. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 24 CF. ARTS. 65, 66, 87 E 133 DA CE. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE. PARECER PELA APROVAÇÃO.



**PODER LEGISLATIVO**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**

**RELATÓRIO**

O projeto em pauta trata de consolidação de regulamentação de estrutura organizacional dos recursos que até o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal o Estado do Paraná poderia conceder recursos de empréstimos entre este e os Municípios.

Ao analisar o conteúdo do Projeto em questão, não se observou qualquer tipo de inconstitucionalidade ou ilegalidade que possivelmente inviabilizaria o seu prosseguimento.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A – Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.



**PODER LEGISLATIVO**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Ainda, em matéria de iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

A Constituição do Estado do Paraná estabelece que são de iniciativa privativa do Governador as leis que disponham sobre a criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta, criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado, bem como da organização e funcionamento da administração estadual, nos termos dos artigos 66 e 87:



## PODER LEGISLATIVO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração; [...]

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei;

Ainda, a Constituição Federal em seu artigo 24, inciso II estabelece:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

II - orçamento;

Além disso, podemos verificar a adequação do proponente às normas pertinentes, voltando a análise ao que dispõe a Constituição do Estado do Paraná:

Art. 133. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

II - as diretrizes orçamentárias anuais;

III - os orçamentos anuais.





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 233/13**

**RELATÓRIO**

O Plano de Lei em análise é oriundo do Poder Executivo – Mensagem nº 057/13, que objetiva instituir o Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná – SFM.

Procedida a análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do Nobre Deputado Bernardo Ribas Carli, que exarou o devido parecer favorável.

**FUNDAMENTAÇÃO**

A Diretoria Legislativa enviou o Projeto de Lei em tela a esta Comissão Permanente de Finanças, para análise, o que passará a fazer.

Procedida a análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta, encontra amparo legal quanto a sua iniciativa, nos arts. 65, 66 e 87 da Constituição Estadual.

Vale ressaltar que a proposta em epígrafe, ainda encontra amparo legal no art. 24, II da Constituição Federal.

De igual modo, constata-se que o autor da proposta esclarece que os recursos do Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná – SFM, estão disciplinados no art. 4º do Projeto de Lei.

**CONCLUSÃO**

Sendo assim, nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa Legislativa, manifestando assim, o devido parecer FAVORÁVEL.

1



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças

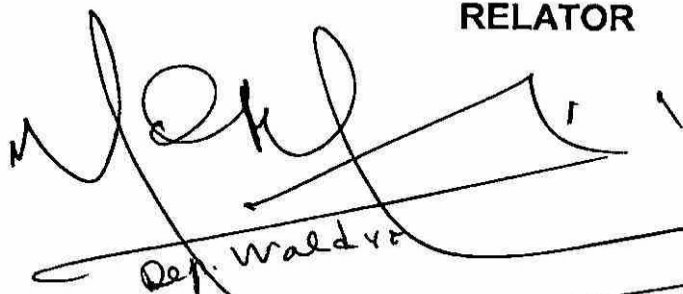


É o parecer.


Sala das Comissões, 26/06/13

  
DEPUTADO JONAS GUIMARÃES  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO WILSON QUINTEIRO  
RELATOR

  
Dep. Waldyr

  
Dep. Elísio

  
Dep. Ernão



## PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 233/13

Autoria: - Poder Executivo

### I — RELATÓRIO

O Projeto de Lei em tela foi encaminhado pelo chefe do Executivo Estadual, acompanhado da Mensagem n.º 057/2013, para este Legislativo, a fim de ser apreciado e votado pelos pares desta Casa, e tem como proposta “instituir o Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná - SFM”.

A proposta encaminhada tem por finalidade apoiar o desenvolvimento municipal e regional por meio de implementação de ações estratégicas voltadas ao financiamento de entidades municipais e consórcios municipais, para satisfazer a demanda por serviços básicos, infraestrutura e bens públicos e fortalecimento institucional dos Municípios e regiões paranaenses.

O projeto em epígrafe contará com os recursos do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano – FDU, dos retornos dos empréstimos e dos resultados das aplicações financeiras do FDU, com recursos do capital social da Fomento Paraná destinados ao setor público respectivos retornos dos empréstimos às entidades municipais paranaense, bem como dos resultados das aplicações financeira e recursos de outras fontes. De maneira que não acarretará ônus adicionais ao Tesouro Estadual ou as entidades integrantes do SFM, ou seja, à Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano, Fomento Paraná e ao Paranacidade.

### II — DA FUNDAMENTAÇÃO DO PARECER

A proposta ora em análise tramitou pelas Comissões de Constituição e Justiça e Comissão de Finanças, sendo que seus relatores exararam pareceres favoráveis pela constitucionalidade e legalidade, sendo aprovado por unanimidade naquelas comissões.

A Constituição do Estado do Paraná estabelece que são de iniciativa privativa do Governador as leis que disponham sobre a criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta, criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado, bem como da organização e funcionamento da administração estadual, nos termos dos artigos 66 e 87:

*Art. 66 – Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:*

*IV – criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.*

*Art. 87 – Compete privativamente ao Governador:*



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**CENTRO LEGISLATIVO PRESIDENTE ANÍBAL KHURY**  
**COMISSÃO DE ORÇAMENTO**



*VI – Dispor sobre a organização e funcionamento da administração estadual na forma da Lei.*

A autonomia do Poder e a sua função fiscalizadora devem ser sempre mantidas, para que o papel das Instituições tenha legitimidade na consolidação do processo democrático. Assim a definição de limites e/ou critérios aprovados pelos instrumentos legais é a garantia de que este Legislativo exerce com plenitude o seu papel constitucional.


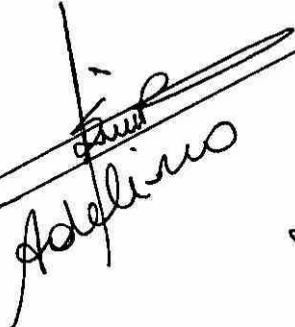
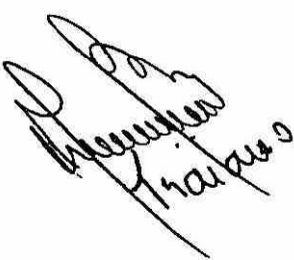
**III — CONCLUSÃO**

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar no projeto de lei em epígrafe, conforme preceitua o art.33-C do Regimento Interno, nosso parecer é favorável.

Sala de Reunião das Comissões, 1 de julho de 2013.

  
DEP NEREU MOURA  
PRESIDENTE

  
DEP. Elio Rusch  
RELATOR

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ALEP E ASSUNTOS MUNICIPAIS

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 233/13**

O presente Projeto de Lei apresentado pelo Poder Executivo - Mensagem nº 57/13, tem por finalidade instituir o Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do estado do Paraná - SFM.

Chamada esta Comissão de Fiscalização da ALEP e Assuntos Municipais a opinar, manifestamo-nos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03 de julho de 2013.

*Scanzarato*  
DEPUTADO NELSON GARCIA  
Presidente

*Adelino*  
Relator  
Wilson Quinteiro

*Pugliesi*